



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria de Gestão

Gerência de Bens e Serviços

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria de Gestão

Gerência de Bens e Serviços

1 - INTRODUÇÃO

1.1 A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte rápido e entrega, de documentos, mercadorias leves e afins, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

1.2 Durante o presente estudo, diversos aspectos serão abordados, no intuito de aclarar aos gestores a necessidade da presente contratação, trazendo as condições do negócio, os riscos gerenciáveis e a correlação entre os resultados pretendidos e o preço, inicialmente, estimado para a contratação.

1.3 A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar - ETP se baseia nas orientações constantes do Art.7º do Decreto nº 48.816/2023 e no Art. 18º, Parágrafos 1º e 2º, da Lei 14.133/2021.

2 - DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A solicitação de contratação de serviço especializado de coleta, transporte rápido e entrega de documentos, correspondências, envelopes, pequenos volumes, objetos, encomendas e afins, justifica-se pela necessidade de utilizar um meio de entrega ágil e seguro devido ao seu caráter urgente e de grande relevância no atendimento pleno das atividades finalísticas da PGE-RJ.

2.2 A contratação de uma empresa especializada no serviço em tela garante a rastreabilidade e segurança no transporte de documentos sigilosos.

2.3 O contrato vigente, nº 22/2022 (37352770), oriundo do processo SEI-140001/064258/2021, que trata do mesmo objeto deste Estudo, completa 36 (trinta e seis) meses no dia 31/08/2025 entretanto, apesar de ser possível a prorrogação contratual, a Contratada atual informou não ter interesse.

2.3.1 O contrato em vigência contempla 3 (três) postos de trabalho entretanto somente 2 (dois) postos estão ativos uma vez que a Fiscalização do contrato entendeu que apenas 2 (dois) entregadores podem atender à demanda.

2.4 O serviço compreende coleta, transporte e entrega de documentos em local designado por esta PGE-RJ.

3 - NORMAS APLICÁVEIS

3.1 Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

3.2 Decreto 48.816, de 24 de novembro de 2023, Regulamenta a fase preparatória das contratações, de que trata a Lei nº 14.133/2021.

3.3 Decreto 48.692, de 14 de setembro de 2023, Dispõe sobre a retenção de imposto de renda incidente nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública.

3.4 Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010 - Estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, pelo critério de CNAE e operações com os destinatários que especifica.

3.5 Resolução SEFAZ nº 971/2016 - Estabelece normas para concessão de isenção do ICMS nas operações ou prestações internas, destinadas a órgãos da Administração Pública Estadual direta e suas fundações e autarquias, conforme previsto no Convênio ICMS nº 26/2003, e revoga as Resoluções SER nºs 47/2003 e 241/2006.

3.6 Anexo I da IN 1.234/12, alterada pela IN 2.145/23 - Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e demais pessoas jurídicas que menciona pelo fornecimento de bens e serviços.

3.7 Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

3.8 Lei nº 12.690/12 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.

3.9 Decreto nº 48817, de 24 de novembro de 2023 - regulamenta os procedimentos de gestão e fiscalização de contratos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

3.10 Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

3.11 Lei Federal nº 12.009/09, regulamenta o exercício das atividades dos trabalhadores em motocicleta.

3.12 Lei Federal nº 12.997/2014 – regulamenta o adicional de periculosidade para trabalhador em motocicleta.

3.13 Resolução CONTRAN nº 356 de 02/08/2010 – regulamenta medidas de segurança.

3.14 Resolução CONTRAN nº 410 de 02/08/2012 – regulamenta a obrigatoriedade de contratação de courier/motoboy com curso especializado.

3.15 Convenção Coletiva de Trabalho feita entre o Sindicato dos Empregados Motociclistas do Estado do RJ com o Sindicato das empresas do Transporte Rodoviário de Cargas e Logística do Rio de Janeiro passível de aplicação quando da vigência do instrumento a ser celebrado entre Contratante e Contratada.

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A futura contratada deverá apresentar:

4.1.1 Comprovação de sua existência legal e cumprimento das obrigações fiscais.

4.1.2 Veículos adequados para a coleta/entrega e transporte de documentos, pequenos volumes, objetos, encomendas e afins.

4.1.3 Funcionários treinados e capacitados para realizar a coleta de forma segura e eficiente.

4.1.4 Os serviços deverão ser prestados por motocicletas previamente aprovadas (Resolução CONTRAN nº 356 de 02/08/2010) e devidamente emplacadas pelos Órgãos Públicos competentes.

4.1.5 Declaração de que a empresa trabalha dentro dos corretos padrões técnicos de qualidade e de segurança exigidos por lei.

4.2 A futura contratada deverá:

4.2.1 Dispor de meios físicos, materiais e humanos que possibilitem a coleta, transporte rápido e entrega dos documentos e encomendas coletados.

4.2.2 Coletar, transportar e entregar os documentos e afins em conformidade com a legislação de trânsito e de segurança do trabalho.

5 - DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 O preço praticado atualmente através do Contrato PGE-RJ nº 22/2022 perfaz o valor mensal de R\$ 9.456,12 (nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), apresentando objeto semelhante ao tratado no presente Estudo, com 2 postos de motociclista.

5.2 A pesquisa de mercado efetuada em março de 2020, na fase preparatória da licitação do Contrato citado no subitem 4.1, tratada no processo SEI-140001/064258/2021, consta autuada sob índice 28020460 e, nela, observamos a precificação por posto de trabalho.

6 - DA ANÁLISE DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

6.1 Solução 1 - Execução Direta.

6.1.1 Análise da Solução - A PGE não dispõe, em seu quadro, de servidores aptos para realizar entrega de documentos, objetos e afins, nem de motocicletas para a realização dos serviços que são objetivados nesse procedimento de contratação.

6.2 Solução 2 - Realização de Licitação para contratar empresa especializada nos serviços em tela por posto de trabalho.

6.2.1 Análise da Solução.

6.2.1.1 Trata-se da solução mais segura e adequada à necessidade da PGE, posto que os serviços a serem contratados constituem-se em atividades materiais acessórias instrumentais ou complementares à área de competência legal desta Procuradoria, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos. São também tidos como serviços comuns, haja vista serem facilmente comparáveis entre si e poderem ser oferecidos por diversas empresas atuantes no mercado.

6.2.1.2 Nesta modelagem de execução pode-se garantir que a entrega seja realizada com celeridade e segurança, uma vez que o motociclista permanecerá à disposição da PGE-RJ, no edifício-sede para realizar o serviço contratado, atendendo prontamente quando houver solicitação para coleta ou entrega de documentos. Ao realizar a entrega o motoboy deve aguardar o recebimento e conferência dos documentos que estão sendo entregues e, ato contínuo, retornar à PGE com o comprovante de recebimento devidamente assinado pelo recebedor.

6.3 Solução 3 - Realização de Licitação para contratar empresa especializada nos serviços em tela

6.3.1 Análise da Solução - A contratação de empresa especializada por serviço, sem postos de trabalhos fixos, não se mostra a mais adequada para objeto em comento pois, quando houver demanda para coleta e entrega, de documentos e objetos, a PGE-RJ deverá entrar em contato com a empresa para solicitar que seja deslocado um entregador para o ponto de coleta. E, neste modelo de execução o entregador não aguarda a conferência do que está sendo entregue e nem leva de volta à origem documentos devolvidos ou que devem ser entregues à Contratada.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Os motociclistas ficarão alocados no Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), de segunda-feira a sexta-feira, respeitada a jornada de trabalho regulamentar de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

7.2 A prestação do serviço deverá contemplar uma franquia máxima de 1.300 (mil e trezentos) quilômetros por profissional.

7.2.1 Diante do fato que o terceiro posto da contratação nunca fora ativado, e não há nenhum crescimento de demanda mapeado a princípio, entende-se por pertinente a manutenção da quantidade existente de postos de trabalho(i.e., dois postos).

7.3 As especificações técnicas do serviço que a seguir tiveram como base as atividades relacionadas no Código Brasileiro de Ocupações - CBO: Motofretista / CÓDIGO 5191-10.

7.4 A prestação dos serviços deverá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, respeitando a jornada de trabalho regulamentar de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com as variações autorizadas na legislação específica da categoria.

7.5 Os horários de trabalho dos postos serão distribuídos conforme critério da Fiscalização, e qualquer alteração deverá suceder a comunicação à Contratada, e não poderá implicar em gastos adicionais.

7.6 Os serviços deverão ser prestados por motocicletas previamente aprovadas (Resolução CONTRAN nº 356 de 02/08/2010) e devidamente emplacadas pelos Órgãos Públicos competentes, e deverão conter as seguintes características técnicas:

7.6.1 Motorização de no mínimo 125cc, em excelentes condições de funcionamento e conservação, com todas as revisões periódicas necessárias.

7.6.2 Ser original de fábrica e registrada em nome da Contratada.

7.6.3 Ter no máximo 03 (três) anos de fabricação.

7.6.4 Identificação com a logomarca da empresa contratada.

7.6.5 Porta baú, ou similar, com capacidade mínima de 80 litros, com fechadura e trava.

7.6.6 Portar equipamento de segurança (tipo antena) e equipamento de proteção para membros inferiores (tipo mata cachorro).

7.7 Do prestador de serviço que exercerá a função de Courier/Motoboy será exigida a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na Categoria “A”, expedida há pelo menos 02 (dois) anos, além de capacitação exigida por legislação específica.

7.8 Os profissionais deverão estar capacitados de acordo com o corpo legal e normativo vigente, além de fazer constar em sua CNH, dentro do campo observações, a informação “exerce atividade remunerada”.

7.9 A Contratada deverá, necessariamente, fornecer os equipamentos de segurança pessoal, tais como o capacete e coletes refletivos, aos prestadores de serviço alocados nos postos de trabalho da Contratante.

7.10 São de responsabilidade da Contratada as eventuais horas adicionais prestadas por seus profissionais mensalistas que excederem às 44 (quarenta e quatro) horas semanais previstas no contrato, não podendo estas serem repassadas ao valor do contrato.

7.11 A Contratada deverá encaminhar, por e-mail, o Boletim de Dados Técnicos Mensal – BDT, até o segundo dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, conforme Anexo IV do Termo de Referência.

7.11.1 É de responsabilidade da Contratada certificar que os prestadores de serviço efetuem o correto preenchimento das informações solicitadas.

7.12 As ausências eventualmente ocorridas deverão ser supridas no prazo de 02 (duas) horas, independente de comunicação prévia do Fiscal do Contrato ao preposto da Contratada.

7.12.1 No caso de atraso na substituição dos prestadores de serviço ausentes, mesmo que sem prejuízo do serviço a ser prestado, a Contratada não ficará isenta do desconto integral da hora não trabalhada ou de sua proporcionalidade homem/hora, na respectiva fatura, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.13 Os serviços a serem prestados serão roteirizados em conformidade com a demanda manifestada pela PGE-RJ, incluindo as prioridades de entrega e coleta e os horários de expedientes dos órgãos, entidades, empresas e demais locais envolvidos com os serviços.

7.13.1 Cada item a ser transportado será acompanhado de Guias de Remessa ou qualquer outro formulário da mesma natureza, a serem disponibilizadas pela PGE-RJ, e que deverão, necessariamente, retornar à origem com a data e hora da entrega, além da assinatura, sob carimbo, do responsável pelo recebimento no local.

7.13.2 A execução dos serviços se dará exclusivamente no âmbito da atividade contemplada neste Termo de Referência, não podendo o profissional ser deslocado para o exercício de função diversa daquela.

7.14 No caso de pedágios, a Contratada deverá providenciar o pagamento, justificando-o posteriormente à Fiscalização, conforme subitem 7.17.

7.15 A Contratada se responsabilizará pela reparação objetiva e subjetiva, ou indenização de quaisquer perdas e danos, pessoais e materiais, inclusive multas relativas às infrações de trânsito, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução dos serviços sob sua responsabilidade ou de seus prepostos, que acarretem prejuízo ao Contratante ou a terceiros.

7.16 Vestimentas e Equipamentos

7.16.1 A Contratada deverá fornecer aos prestadores de serviços os uniformes e seus complementos, conforme disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

7.16.2 Os uniformes deverão ser entregues aos prestadores de serviço no início do contrato, nas seguintes quantidades mínimas:

- 01 (um) calçado adequado ao serviço.
- 02 (duas) blusas.
- 02 (duas) calças de uso regular.
- 01 (conjunto) de calça e casaco adequados para condução de motocicletas em dia de chuva.

7.16.3 Os uniformes deverão ser substituídos anualmente, ou em período inferior, quando não atenderem às condições mínimas de apresentação.

7.16.4 Contratada deverá garantir que os prestadores de serviço possuam e utilizem os seguintes Equipamentos de Proteção Individual (EPI):

- 01 (um) colete refletivo.
- 01 (um) capacete com viseira protetora.

7.16.5 Caberá à Contratada substituir os itens sempre que os mesmos fiquem sem condições de utilização na finalidade pretendida.

7.17 Reembolso de despesas com pedágio

7.17.1 A presente contratação abrange o reembolso de despesas com o pagamento de pedágios que por ventura venham a ser necessários para o cumprimento das rotas designadas aos prestadores de serviços.

7.17.2 Para que a despesa seja passível de reembolso da Contratante, a Contratada deverá enviar à Fiscalização da PGE, juntamente com a fatura mensal, os comprovantes de pagamento da despesa, acompanhada de formulário próprio emitido pela Contratada atestando a necessidade de entrega de documentação em localidade cujo o acesso requeira a passagem por postos de pedágio.

7.17.3 A Contratante irá estipular uma quantia a título de reserva orçamentária para o reembolso do pedágio previamente pago pela Contratada.

8 - DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

8.1 É sabido que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

8.2 Para a solução em questão, não há que se falar em parcelamento, posto que o Estudo em tela trata de um serviço de natureza continuada, rotineira, que, sendo concentrada em uma única contratação, propicia ganho de escala, reduzindo custos unitários e totais, além de otimizar a mão de obra da PGE alocada para contratação, gestão e fiscalização desse serviço.

9 - DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 Está em vigor o Contrato PGE-RJ nº 22/2022, processo SEI-140001/064258/2021, que apresenta o mesmo objeto deste Estudo, com vigência até o dia 31/08/2025, quando completará 36 meses.

10 - DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1 ID PCA no PNCP: 096100/00001/2025

Data de publicação no PNCP: **18/01/2024**

ID do item no PCA: 74466

11 - DA DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO SERVIÇO

11.1 Trata-se de serviço de natureza continuada, nos moldes do inciso XV do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

12 - RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 O resultado principal a ser obtido é a coleta, transporte e entrega de documentos, objetos e afins, de maneira ágil e segura e sem extravio.

13 - DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

13.1 A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

13.1.1 Reserva orçamentária para a futura contratação.

13.1.2 Licitação para adjudicação do objeto à Empresa que apresentar a proposta mais vantajosa.

13.1.3 Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

14 - DO IMPACTO AMBIENTAL

14.1 A CONTRATADA deverá observar as regulamentações referentes à preservação do meio-ambiente.

14.2 É sabido que meios de transporte que utilizem como fonte de energia gasolina e/ou álcool emitem gases que poluem o meio ambiente. Para mitigar o impacto desses gases poluentes no meio ambiente a Contratada deverá:

- Realizar manutenção preventiva e periódica da frota.
- Praticar uma condução econômica e ecológica.
- Manter os pneus calibrados e alinhados.
- Utilizar combustíveis aditivados.
- Optar por motocicletas híbridas, que combinam motor à combustão com um motor elétrico.

15 - DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, pois os estudos técnicos demonstram a importância do processo de contratação e a ampla capacidade do mercado em atender a necessidade demandada, considerando-se que há solução de mercado para a demanda requerida.

15.2 Cientificamos a viabilidade econômica, pois a contratação vigente nesta PGE está dentro dos preços praticados no mercado em uma contratação deste porte, tendo bom desempenho operacional.

Elaboração:

Cristina Braga Moreira - ID.: 5013043-9

Viviane Rosa Ferreira - ID.: 5025557-6

Rio de Janeiro, 18 de Maio de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Braga Moreira, Gerente**, em 22/05/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **97913476** e o código CRC **1CC92751**.

Referência: Processo nº SEI-140001/023104/2025

SEI nº 97913476

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-7316 - <https://www.pge.rj.gov.br/>